



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA - SR/PF/SC

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo nº 08490.003769/2022-31

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis para atender a frotilha e a frota de viaturas da SR/PF/SC, bem como demais veículos a seu serviço, em rede especializada de serviços, mediante a implementação de sistema informatizado com ampla disponibilidade e capilaridade no Estado de Santa Catarina e, também, que possua abrangência nacional.

2. DOS NORMATIVOS APLICÁVEIS

2.1. Na elaboração do presente estudo foram utilizadas as seguintes legislações:

- 2.1.1. Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);
- 2.1.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- 2.1.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);
- 2.1.4. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);
- 2.1.5. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal);
- 2.1.6. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 2.1.7. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.1.8. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);
- 2.1.9. Lei nº 12.305, 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 2.1.10. Decreto nº 10.936, de janeiro de 2022 (Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 2.1.11. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 2.1.12. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal);
- 2.1.13. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.1.14. Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- 2.1.15. [MOC 21/2019 - DLOG/PF](#) (Roteiro para planejamento de contratações).

3. HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Atualmente o serviço de prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis para atender a frota de viaturas e embarcações da SR/PFSC é realizado pela empresa TICKET SOLUÇÕES HDGFT S/A, com início na data de 01/12/2017 e encerramento em 30/11/2022, firmado por meio do Contrato nº 09/2017-SR/PF/SC ([4535002](#)) contido no processo [08490.009681/2017-65](#).

3.2. Ademais, no sentido de assessorar tecnicamente a instrução do presente instrumento, foram utilizados como referência o processo SEI 08650.019145/2019-50 da Polícia Rodoviária Federal, tal como o processo 08490.009681/2017-65 da SR/PF/SC que tratam do mesmo tema.

4. REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

4.1. O objeto da contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

4.2. Dentre as ações estratégicas institucionais, otimizando o emprego dos bens e recursos materiais, seguem abaixo algumas das diretrizes traçadas no planejamento do órgão:

2.5.2. Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações: Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

2.7.1. Ação Estratégica: Aprimorar o Ambiente de Controle Interno: Aprimorar, sistematizar e implementar mecanismos de controle interno adotados que contribuam para a consecução dos resultados planejados, considerando uma adequada segregação de funções, comunicação eficiente, procedimentos e instruções operacionais padronizados e formalizados, nos quais haja incentivo à participação dos servidores, cujos mecanismos gerais sejam percebidos por todos nos diversos níveis da estrutura organizacional.

2.7.2. Ação Estratégica: Implantar a Gestão de Riscos: Implantar e aplicar procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificar, de avaliar, monitorar e tratar riscos, bem como de comunicação com partes interessadas em assuntos relacionados à riscos.

4.3. Destaca-se que ainda não há publicada “proposta de metodologia de gestão de riscos de que trata o art. 21, inciso I” da PF, conforme é determinado o § 1º do Art. 25 da Portaria nº 7.413-DG/PF, de 8 de setembro de 2017. Diante disso, **declaramos que todos os riscos serão mitigados ao longo do presente Estudo**, providenciando-se eventuais medidas de contingência, se necessário.

4.4. Vale sublinhar que a presente contratação está registrada no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC / PAC - para no ano de 2022, conforme descrito no item 6 do extrato a seguir:

PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES - PGC / PAC

UASG: 20037

Filtros utilizados: Nenhum filtro foi utilizado.

Nº Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição	Quantidade estimada	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor unitário estimado (R\$)	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grupo Desp
1	Materiais e Serviços	CONTINUADO	8729	PRESTACAO DE SERVICOS DE PORTARIA RECEPCAO	600	Não	3.278,74	1.967.244,00	-	Não	-	Custb
2	Materiais e Serviços	CONTINUADO	15008	PRESTACAO DE SERVICOS DE MOTORISTA	36	Não	3.941,06	141.878,16	-	Não	-	Custb
3	Materiais e Serviços	CONTINUADO	23329	PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO - AREAS INTERNAS - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 600 M2	45996	Não	55,58	2.556.457,68	-	Não	-	Custb
4	Materiais e Serviços	CONTINUADO	24015	SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA	132	Não	11.881,23	1.568.322,36	-	Não	-	Custb
5	Materiais e Serviços	CONTINUADO	4120	ENERGIA ELETRICA - FORNECIMENTO	12	Não	110.000,00	1.320.000,00	-	Não	-	Custb
6	Materiais e Serviços	CONTINUADO	25372	CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS	16000	Não	45,00	720.000,00	-	Não	-	Custb

5. NATUREZA DO SERVIÇO

5.1. O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e Decreto nº 10.024, de 2019, pois tem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, como estabelece a legislação pertinente.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.3. Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

6.1. O Contrato nº 09/2017-SR/PF/SC, deste mesmo Objeto, teve início na data de 01/12/2017 e encerrar-se-á em 30/11/2022, em decorrência do alcance do prazo máximo de prorrogação contratual de 60 (sessenta) meses.

6.2. A fim de se evitar a descontinuidade do contrato acima referido e o consequente prejuízo ao sistema de abastecimento da frota/frotilha da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria aos inúmeros trabalhos de naturezas policial e administrativa, faz-se necessária a deflagração de novo processo licitatório.

6.3. Ainda, tendo em vista a distribuição estratégica das Delegacias do Interior que se distribuem por todas as regiões do Estado, bem como a dimensão territorial de Santa Catarina e a extensa malha rodoviária, a não utilização de um sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento acarretaria em sérios problemas logísticos, devido à dinâmica policial de atuação e deslocamento.

6.4. Cumpre salientar que os veículos da frota da Polícia Federal em Santa Catarina, com frequência, deslocam-se para cumprir missões em outros Estados da Federação, o que requer a contratação de um sistema de abrangência nacional.

6.5. Registre-se que, de forma análoga, as embarcações da Polícia Federal, ou de sua responsabilidade, deslocam-se entre regiões portuárias distintas.

6.6. Assim sendo, a contratação de empresa especializada evidencia-se em vantagem para a Administração Pública, como também uma melhor e mais eficaz forma de controle e gerenciamento administrativo, tal qual na qualidade dos serviços demandados, redundando ainda em economia e rapidez na sua execução.

6.7. Atendendo aos princípios da eficiência e da razoabilidade da Administração Pública e visando uma maior efetividade dos serviços, defende-se a contratação de uma empresa prestadora de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis para atender a frotilha e a frota de viaturas da Polícia Federal em Santa Catarina.

6.8. Considerando que os serviços que se desejam contratar não figuram no rol de atribuições dos cargos que compõem o quadro da Polícia Federal, faz-se necessária a contratação de serviços que utilizem tecnologias e equipamentos capazes de auxiliar esse trabalho, uma vez que deve-se buscar meios que tragam eficiência e eficácia nas ações públicas, para que a administração possa manter a contento o gerenciamento da Unidade Gestora.

6.9. Nesse compasso, uma rede de estabelecimentos credenciados e capacitados a fornecer combustíveis à frota e à frotilha trará benefícios de modo a manter/maximizar suas ações, haja vista que a SR/PF/SC não dispõe de servidores e instalações para a abastecimento de veículos ou embarcações.

6.10. Por tal razão, a contratação em tela não se restringe unicamente à prestação de serviço de fornecimento de combustíveis, tratando-se da contratação de um serviço visando à manutenção/aumento da eficiência no tocante ao abastecimento de veículos e embarcações, utilizados no cumprimento das atribuições da SR/PF/SC e suas Delegacias Descentralizadas, de maneira a obter um controle padronizado perante os serviços contratados.

6.11. A importância da aplicação do sistema de gerenciamento de frota para atender as viaturas oficiais e outros que estejam com autorização judicial de uso é avalizada pelo entendimento expresso pelo TCU - Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2731/2009 (voto do Ministro revisor - AROLDO CEDRAZ) – Plenário, que se manifestou no seguinte sentido:

"4. Por tal motivo, é adequado o uso do valor da taxa de administração como critério de julgamento. Não se trata, aliás, de nenhuma inovação, já que tal sistemática tem sido rotineiramente empregada - sem qualquer crítica desta Corte sob este aspecto, friso - em licitações para contratação de serviços de gerenciamento em que o contratado não é o fornecedor direto do bem ou serviço final demandado pela administração.

5. É o caso, por exemplo, dos certames para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, em que as agências de viagens, que não são as fornecedoras do serviço de transporte aéreo demandado pelo poder público, são selecionadas com base no valor da taxa de administração que cobram.

6. O mesmo ocorre com o fornecimento de combustíveis ou de vales-refeições, em que idêntico critério de julgamento é empregado e o entregador final do produto demandado não é o distribuidor de combustíveis ou a empresa de vales, mas o posto de gasolina ou os restaurantes credenciados em que o abastecimento de cada veículo e consumo de cada refeição é feito.

7. Esta similitude com outros tipos de certame afasta a segunda crítica feita ao modelo, a de que não haveria definição precisa do valor total do contrato e dos preços a serem praticados pelo fornecedor final do bem demandado. Tais peculiaridades, entretanto, também ocorrem nos contratos de fornecimento de passagens aéreas e de combustíveis e as dificuldades delas decorrentes são sanadas pela utilização de valores estimados, prática que este Tribunal tem rotineiramente admitido e que se repete no certame em foco.

[...]

23. O novo modelo adotado é uma tentativa de solucionar tais dificuldades. Além das prováveis reduções de custos dos serviços - já obtidas em contratos de fornecimentos de outros tipos de produtos onde foi adotada a sistemática inovadora, conforme apontado nos autos - haverá redução de custos administrativos da PF com controle da manutenção dos veículos, além de implementação de avanços gerenciais que favorecerão uma melhor gestão da frota, com reflexos positivos sobre as ações policiais.

24. Além disso, estaria sendo resolvido o problema do frequente e inadequado uso de suprimentos de fundos que tem caracterizado o atual modelo.

25. Com tais mudanças, estaria atendido, assim, também o princípio da eficiência.

26. Registro, ainda, que o modelo em discussão se assemelha à chamada quarteirização, procedimento em que a gestão de um serviço já terceirizado - no caso concreto, a manutenção de veículos - é entregue a uma quarta entidade incumbida de gerenciar a atuação dos terceirizados - na situação em foco, o administrador da manutenção.

27. Trata-se de uma prática bastante disseminada no mercado privado, cuja adoção no âmbito da administração é salutar, pois demonstra empenho em modernizar métodos arcaicos, ineficientes e burocráticos de gestão e, com isso, melhorar o desempenho dos órgãos e entidades públicos.

28. Assim, por se tratar de inovação, que, em tese, está em consonância com normas e princípios que regem as licitações e a atuação dos agentes públicos, creio que esta Corte, no desempenho do papel de indutora de aprimoramento da gestão pública que tem pautado a atuação dos órgãos de controle no mundo moderno, deve abster-se de inibir o prosseguimento da tentativa de inovação em análise"

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Atendendo às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, para a execução dos serviços licitados, serão exigidos da futura contratada, minimamente, o que se segue:

7.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

- a) Atendimento das demandas de fornecimento de combustíveis;
- b) Atendimento aos prazos estabelecidos;
- c) Nível de serviço adequado ao contratado;
- d) Implementação de sistema informatizado de controle, para monitoramento dos serviços realizados;
- e) Natureza continuada

7.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

7.3. Ademais, os critérios de habilitação técnica a serem exigidos da licitante serão os apresentados a seguir:

7.3.1. Comprovação da Qualificação Técnica, que já executou objeto idêntico ao desejado, com apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, no qual conste a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto proposto, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado o gerenciamento do fornecimento de combustíveis mediante rede credenciada, por meio de sistema informatizado de, no mínimo, quatrocentos veículos, com ênfase no Estado de Santa Catarina e também nos demais Estados da Federação, com experiência mínima de 03 (três) anos na prestação desse tipo de serviço;

7.3.2. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para a comprovação de que trata o subitem anterior;

7.3.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos;

7.3.4. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços;

7.3.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou que datem decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior; e

7.3.6. Critérios de habilitação fiscal, econômico-financeira e trabalhista serão apresentados no Edital de Licitação.

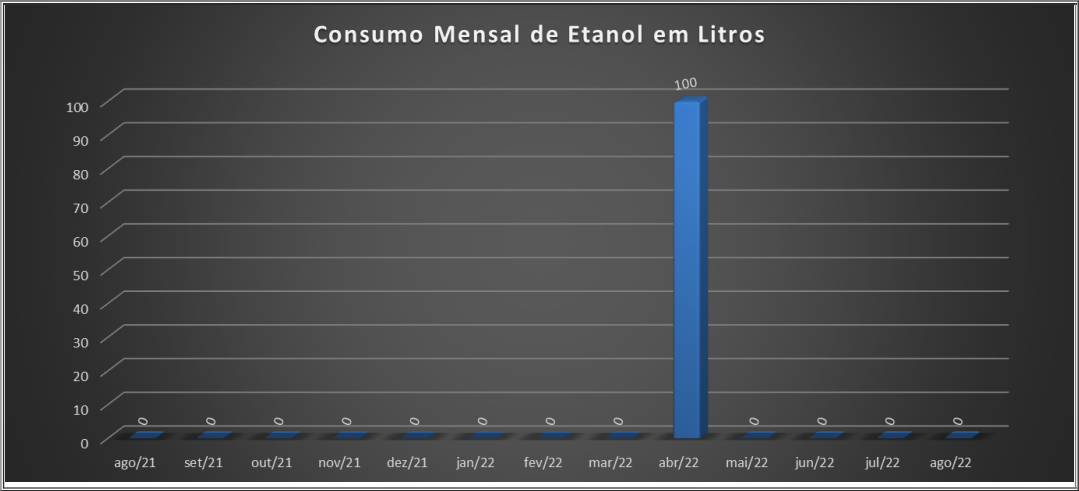
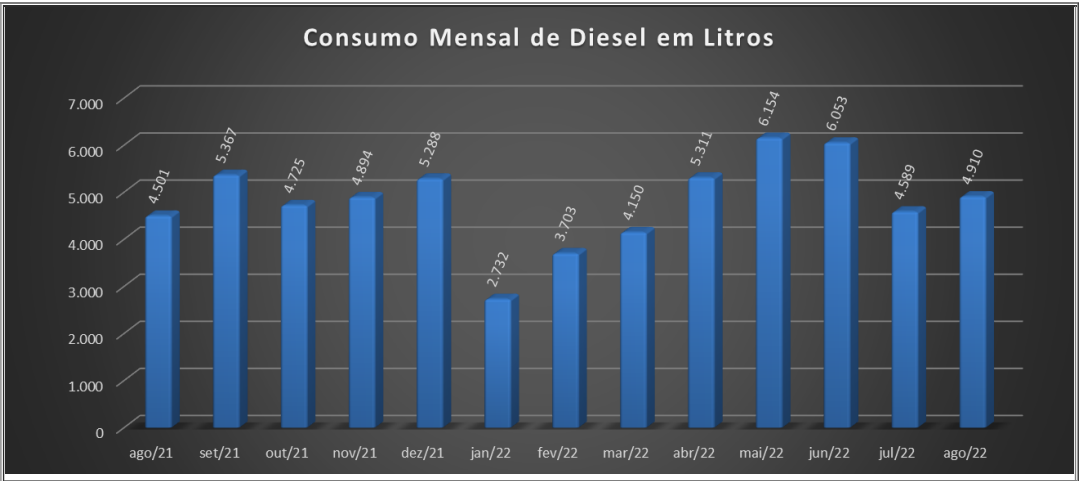
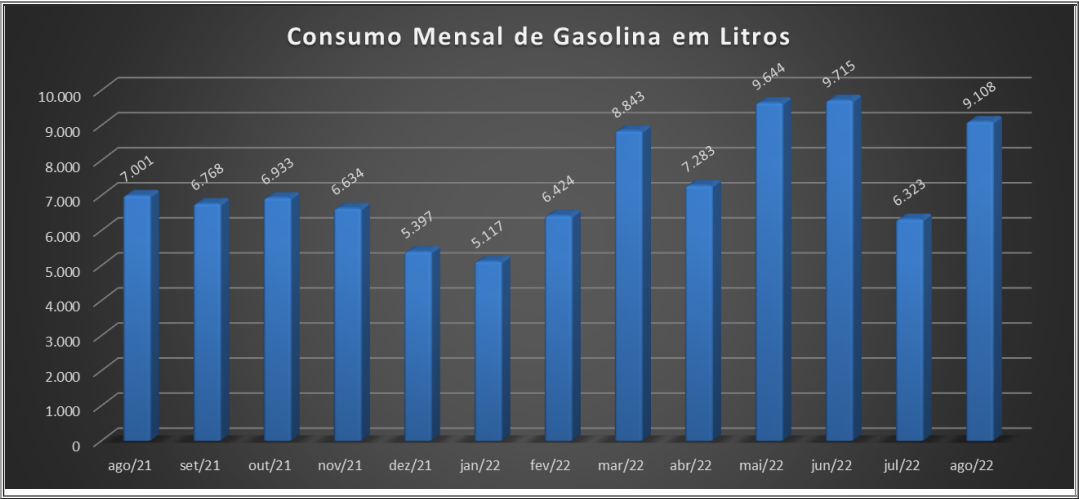
8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

8.1. O Termo de Referência [4168143](#) do Pregão nº 15/2017, que deu origem ao contrato vigente nesta Superintendência, especificou a contratação dos seguintes quantitativos de combustíveis:

Item	Descrição/Especificação	CATMAT/ CATSER	Unidade de medida	Quantidade estimada a ser ofertada (20 meses)
01	Gasolina Comum	16950	Litro	220.000
02	Diesel	16993	Litro	100.000
03	Etanol	47627	Litro	500

8.2. Desse modo, é possível deduzir que fora estimado um consumo mensal de 11.000 litros para gasolina comum, 5.000 litros para diesel e 25 litros de etanol.

8.3. De outro modo, o consumo médio mensal efetivo de combustíveis no período de agosto de 2021 a agosto de 2022 foi de 7.322 litros de gasolina, 4.798 litros de diesel e 8 litros de etanol.



- 8.3.1. Para tal apuração, foram utilizados as bases de dados oficiais do sistema de dados informatizado contratado, bem como demais sistemas em uso pela SR/PF/SC.
- 8.3.2. Cumpre destacar, também, que todas as variações de especificações de gasolina e diesel foram agrupadas e organizadas nos descritivos "gasolina" e "diesel", sem quaisquer distinções para variações como "gasolina aditivada", " gasolina comum", "diesel s-10 comum", diesel marítimo" e assim por diante.
- 8.3.3. Nesse sentido, o quantitativo a ser contratado, tendo em vista o previsto e executado no contrato vigente e os incrementos necessários estão dispostos na tabela a seguir:

Combustível	Previsto Mensal em Litros no Contrato Vigente	Executado Mensal em Litros	Incremento %	Estimado em Litros mensal para a Nova Contratação	Estimado em Litros para 20 meses na Nova Contratação
Gasolina	11.000	7.322	0%	11.000	220.000
Diesel	5.000	4.798	30%	6.500	130.000
Etanol	25	8	0%	25	500

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

- 9.1. A contratação pretendida visa uma solução integrada para a automação dos processos e gestão das operações relacionadas com a frota do órgão, utilizando tecnologias ativas, que aliadas aos processos definidos e integrados, fornecem informações de forma rápida e prática, propiciando maiores resultados e

segurança na tomada de decisões.

9.2. Dessa forma, obter-se-á automatização dos processos a fim de se mitigar/eliminar o uso de controles paralelos não integrados, evitando-se retrabalho e, consequentemente, reduzindo-se o ônus e o tempo de resposta. Ainda, possibilitar-se-á a maximização do uso dos veículos, gerindo e reduzindo os custos operacionais e otimizando a gestão dos servidores-condutores.

9.3. Por meio de pesquisas em sítios governamentais especializados em licitações, chegou-se àquelas principais empresas que atuam nesse segmento de mercado, seu campo de atuação dentro do território nacional e contratos celebrados com empresas e órgãos da Administração Pública com esses objetos.

9.4. Foram também verificadas licitações já realizadas por outros órgãos da administração pública federal, não só para viabilizar a localização de empresas vencedoras de certames, como também os modelos de editais publicados.

Item	EMPRESA	ENDEREÇO ELETRÔNICO	NOME COMERCIAL
1	Ticket Soluções HDFGT S/A	http://www.ticketlog.com.br/	TICKET LOG
2	Trivale Administração Ltda.	http://www.valecard.com.br/	VALECARD
3	Nutricash Serviços Ltda.	http://www.maxifrota.com.br/	MAXI FROTA
4	T-Fleet Management	http://www.tfleet.com.br/	T-FLEET
5	UP Brasil	http://www.cartaovalemais.com.br/	VALE MAIS
6	Visa Vale	http://www.alelo.com.br/	ALELO
7	Petrocard Administradora de Crédito Ltda.	http://www.petrocardadm.com.br/site/home	PETROCARD
8	Prime Benefícios em Cartões	http://primebeneficios.com.br	PRIME

9.5. Com base na pesquisa realizada, depreende-se que existe um número considerável de empresas que atuam nesse segmento de mercado, observando-se que a grande maioria atua em âmbito nacional.

9.6. Dessa forma, pode-se considerar, pelo menos em tese, que fica afastada a hipótese de restrição da competitividade em um certame licitatório. Além do mais, mediante o estabelecimento de regras claramente definidas no instrumento convocatório, preserva-se a isonomia dos participantes e tem-se como garantir a cobertura da prestação dos serviços em todo o território nacional.

9.7. Sendo assim, tem-se que a proposta para esse novo formato de contratação vem baseada em conceitos sólidos de uma boa gestão de frota, com utilização de métodos, técnicas e ferramentas que permitirão à Unidade Gestora o gerenciamento adequado do fornecimento de combustíveis.

9.8. Por fim, a estimativa de preços foi definida tendo como referência o levantamento de preços de combustíveis da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no período de 28/08/2022 a 03/09/2022, por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>, conforme tabela a seguir.

DATA INICIAL	DATA FINAL	REGIAO	ESTADOS	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA
28/08/2022	03/09/2022	SUL	SANTA CATARINA	ETANOL HIDRATADO	145	R\$/l	4,74
28/08/2022	03/09/2022	SUL	SANTA CATARINA	GASOLINA COMUM	240	R\$/l	5,20
28/08/2022	03/09/2022	SUL	SANTA CATARINA	GASOLINA ADITIVADA	220	R\$/l	5,33
28/08/2022	03/09/2022	SUL	SANTA CATARINA	OLEO DIESEL	94	R\$/l	6,83
28/08/2022	03/09/2022	SUL	SANTA CATARINA	OLEO DIESEL S10	202	R\$/l	6,94

9.9. Portanto, de modo a precificar o objeto a ser contratado para fins de valoração, a tabela a seguir apresenta a composição de preços para os volumes a serem contratados, tendo como referência o preço médio no período de 28/08/2022 a 03/09/2022, bem como a projeção de um eventual reajuste de valores para o ano de 2023 em decorrência de incertezas acerca das políticas de redução e isenção tributárias adotadas no corrente ano que impuseram uma queda vertiginosa nos preços do etanol hidratado e da gasolina.

9.10. Para tanto, será utilizada uma projeção de cenário de risco que utiliza como referência os valores médios de junho de 2022 para o Estado de Santa Catarina, obtidos da série histórica disponibilizada no endereço eletrônico da ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-de-distribuicao-combustiveis/serie-historica-do-levantamento-de-precos>), tal qual os maiores valores unitários da especificação de cada combustível - gasolina aditivada e óleo diesel s10.

ESTADO	PRODUTO	ESTIMADO EM LISTRO PARA 20 MESES NA NOVA CONTRATAÇÃO	PREÇO MÉDIO NO PERÍODO DE 23/08/2022 A 03/09/2022	VALOR ATUAL TOTAL DO CONTRATO PARA 20 MESES	PROJEÇÃO PARA 2023 (PREÇO DO COMBUSTÍVEL)	VALOR TOTAL CONTRATO CONSIDERANDO PROJEÇÃO PARA 2023
SANTA CATARINA	ETANOL HIDRATADO	500	R\$ 4,74	R\$ 2.370,00	R\$ 6,11	R\$ 3.055,00
SANTA CATARINA	GASOLINA	220000	R\$ 5,33	R\$ 1.172.600,00	R\$ 7,16	R\$ 1.575.200,00
SANTA CATARINA	OLEO DIESEL	13000	R\$ 6,94	R\$ 90.220,00	R\$ 7,18	R\$ 93.340,00

9.11. Assim, é possível deduzir duas composições estimativas de preços para a contratação em tela, a primeira faz uso do valor médio corrente dos combustíveis e totaliza um valor de **R\$ 1.265.190,00 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil cento e noventa reais)** e a segunda simula um cenário de recomposição de valores que prevê um valor total de **R\$ 1.671.595,00 (um milhão, seiscentos e setenta e um mil quinhentos e noventa e cinco reais)**.

9.12. Previamente à elaboração do Termo de Referência, há de se encaminhar o presente Estudo Técnico Preliminar ao Senhor Ordenador de Despesas e concomitantemente ao Senhor Gestor Financeiro para declarar se há disponibilidade orçamentária a fim de respaldar o acréscimo proposto ou informar acerca da necessidade de readequação da proposta em decorrência das restrições orçamentárias.

10. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1. A contratação será feita em grupo único, visando evitar multiplicidade de processos e consequentemente em ganho para a Administração na economia de escala e redução da carga administrativa, uma vez que implicará aumento de quantitativo e, consequentemente, redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Contratante.

10.2. Acrescenta-se, ainda, que devem ser consideradas as características da estrutura da Polícia Federal em Santa Catarina, a qual as unidades descentralizadas não possuem autonomia financeira ou administrativa, sendo dependentes e demandantes das atividades desenvolvidas pelo Setor de Administração e Logística Policial, localizado na sede em Florianópolis; tais atividades incluem, entre outras, a realização de compras e contratações, a gestão contratual, a engenharia, o planejamento orçamentário, a execução financeira, a gestão da frota e a atuação direta nos contratos de todas as delegacias.

10.3. Desta feita, amparado pela primazia do Princípio da Eficiência na Administração Pública, **a admissão será agrupada em um único termo de contrato** celebrado com uma única empresa, em consonância com os acórdãos do TCU, conforme segue:

10.3.1. “A licitação por itens poderia exigir a realização de igual número de contratações, o que, como já ressaltado, constituiria um ônus muito pesado aos servidores encarregados do acompanhamento desses instrumentos, o que possivelmente oneraria a Administração”. (Acórdão nº 5301/2013-TCU 2ª Câmara); e

10.3.2. “(...) lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”. (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário).

10.4. Ademais, conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU: “Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demandada. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado, menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero”.

11. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. O resultado pretendido com a futura contratação é que não haja interrupção dos serviços de abastecimento da frotilha/frota de veículos no Estado e, desse modo, evitar prejudicar ou comprometer as atividades meio e fim da Polícia Federal;

11.2. Com a contratação de um operador logístico espera-se manter/ampliar a eficiência na questão que envolve o fornecimento de combustíveis da frota automotiva e da frotilha, aproveitando-se da expertise de empresas que atuam no ramo há anos e detêm melhores condições de realizar o serviço com economia e nível adequado. Ademais, com a utilização de meios externos, busca-se economia e maior produtividade em decorrência de não utilizar servidores do órgão para tal finalidade.

11.3. Com a nova licitação, também se pretende oportunizar às empresas nova disputa de oferta, possibilitando maior economia para a Administração.

12. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. Não há previsão de impacto ambiental, visto que os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas pela prestação.

12.2. Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

12.3. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços, devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

12.4. A Contratada deverá buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

12.4.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

12.4.2. Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

12.4.3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº.10.936/2022.

13. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

13.2. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação**, e recomendamos a contratação na forma proposta, condicionada à manifestação da Autoridade Competente quanto ao Item 9.12 (disponibilidade orçamentária).

(Assinaturas eletrônicas da Equipe de Planejamento da Contratação)



Documento assinado eletronicamente por **JONATHAN LUIZ WOHLKE, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 30/09/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ DA COSTA MORISSON, Chefe de Setor**, em 30/09/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24068543** e o código CRC **17E7288B**.